

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 30 DE JUNHO A 06 DE JULHO DE 1981.
Nº 152 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo

Letícia Cotrim

Zwinglio Mota Dias

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Junior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo Martins

CEDI

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES

Paulo Cezar Loureiro Botas

EDITOR DO ACONTECEU

José Ricardo Ramalho

COLABORADOR NA SEÇÃO ÍNDIOS

Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 300,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ.

TRABALHADORES URBANOS

SINDICATO QUER AJUDAR 15 MIL

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP) está liderando um movimento de integração de todos os sindicatos do Vale do Paraíba com o objetivo de criar um Fundo de Desemprego, para atender cerca de 15 mil trabalhadores que perderam seus empregos nos últimos seis meses. Segundo os primeiros entendimentos dos seis sindicatos já integrados pela idéia, pretende-se criar o Fundo de Desemprego do Trabalhador do Vale do Paraíba, que seria uma entidade civil, com estatuto próprio, agindo de forma independente em relação aos sindicatos, mas sem excluir os dirigentes sindicais. Já participam da campanha os Sindicatos Metalúrgicos, Bancários, Trabalhadores da Indústria de Alimentação, da Indústria de Cerâmica, dos Jornalistas e a Associação Profissional dos Economistas. (JB - 1/7/81).

METALÚRGICOS DE STO. ANDRÉ TÊM 4 CHAPAS

Com o registro de quatro chapas, encerra-se às 18 horas de hoje o prazo de inscrição para as eleições da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, marcadas para a primeira quinzena de outubro. Além das três que já se haviam apresentado na semana passada, apoiadas pela junta governativa, pela Comissão de Mobilização e pela ex-diretoria da entidade, respectivamente, o pleito será disputado por uma quarta-chapa, inscrita na tarde de ontem e encabeçada por José Thimoteo da Silva. A chapa 4 conta com o apoio de Marcos Andreotti, um dos fundadores do sindicato, que também foi presidente da entidade no início da década de 60. Cada chapa tem 24 componentes, que disputarão os votos de aproximadamente 65 mil metalúrgicos das cidades de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. (ESP - 30/6/81)

LULA CONVIDA WALESA

O ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luis Inácio da Silva, enviou, ontem, uma carta ao líder do movimento Solidariedade, da Polônia, Lech Walesa, convidando-o a visitar o Brasil. Na mensagem, em que se define como um "dirigente sindical", Luis Inácio da Silva enfatiza a necessidade do aumento de intercâmbio entre os movimentos sindicais do Brasil e da Polônia, e de manter a troca de informações iniciada no encontro que ambos tiveram em Roma, na segunda quinzena de janeiro. Ele também considera a presença de Walesa no Brasil "importante, nesta fase em que o sindicalismo brasileiro discute a mudança de sua estrutura". (ESP - 2/7/81)

CONDIÇÕES SUBUMANAS, DENUNCIAM FERROVIÁRIOS

O Sindicato dos Ferroviários de Campinas (SP) vai entrar com uma ação judicial contra a Fepasa, ainda esta semana, caso a empresa não remova os vinte operários trazidos do Sudeste de Minas Gerais e mantidos, juntamente com outros sete, em condições subumanas na velha estação de Mombuca. Há cinco meses esses operários estão trabalhando na recuperação do trecho de Itu e Piracicaba, a cerca de 70 quilômetros de Campinas. (ESP - 30/6/81)

MOTORISTAS DE CAMINHÃO MANTÊM GREVE

Aumentou ontem o número de motoristas parados nos postos de gasolina de Feira de Santana - principal entroncamento rodoviário do Nordeste - e no início da BR-324 (Feira-Salvador), que se recusam a prosseguir viagem ou iniciar novas, se o preço dos fretes não for reajustado para compensar o inesperado aumento do óleo diesel. A paralisação também aconte

ce nos postos localizados nas proximidades de Salvador, mas com uma diferença: enquanto em Feira os caminhões estão carregados e os motoristas se recusam a transportar a carga até o destino; na Capital, os caminhões estão vazios e os motoristas recusam novos fretes com os preços antigos. Até o momento, porém, as transportadoras não se mostram dispostas a pagar o acréscimo pretendido. (JB - 1/7/81)

CAMINHONEIROS PARALISAM TRABALHO NO PARANÁ

Em Maringá, 60 caminhoneiros que trabalham em regime de empreitada para a Companhia Transportadora Rhaz, levando cimento, aço e cinzas para Itaipu, paralisaram ontem os carregamentos exigindo a elevação de Cr\$ 1 mil para Cr\$ 1 mil 300 do valor pago pela tonelada. A reivindicação inicial era de Cr\$ 1 mil 250 a tonelada, mas como a empresa se recusou a discutir, os motoristas afirmaram que agora não abrem mão dos Cr\$ 1 mil 300. Só no final da tarde um dos diretores da transportadora chegou de avião a Maringá para tratar da questão com os grevistas. A paralisação foi pacífica, e os motoristas passaram o dia ao lado de seus caminhões no pátio da empresa. (JB - 1/7/81)

PASSEATA DE CAMINHONEIROS EM MINAS

Cerca de 200 caminhoneiros de transporte de carga fizeram uma passeata, que durou todo o dia de ontem, entre as cidades de Extrema, Itapeva e Camanducaia (todas do Sul de Minas), pela rodovia Fernão Dias, reclamando reajuste nos fretes. A Polícia Rodoviária Federal exigiu que os motoristas não paralisassem o tráfego de ônibus e automóveis. No fim do dia, os caminhoneiros se concentraram nas três cidades e pediram a todos os motoristas que levam cargas até Belo Horizonte que retornem vazios. Os motoristas reclamam prejuízos de até 30 mil cruzeiros no atual transporte de carga de São Paulo para Belo Horizonte. (ESP - 2/7/81)

PARA OAB, INTERVENÇÃO É ATO INCONSTITUCIONAL

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Bernardo Cabral, considerou "uma afronta" a intervenção do governo no Sindicato dos Médicos do Rio e a prisão, por quatro dias, do presidente da entidade, Roberto Chabo. Em reunião ontem, no Rio, os conselheiros federais da OAB aprovaram por unanimidade uma nota de repúdio à intervenção, denunciando a medida como inconstitucional. A nota foi preparada pelo conselheiro Francisco Maia, do Rio de Janeiro. Para ele, "as intervenções administrativas nos sindicatos, como a Ordem já destacou por ocasião da intervenção no ABC, são flagrantemente inconstitucionais porque feitas por autoridades incompetentes". O conselheiro afirmou que o artigo 176 da Constituição garante livre direito de associação dos trabalhadores e uma intervenção em suas organizações só pode se dar "em casos excepcionais", quando há decretação de estado de emergência ou estado de sítio. "A intervenção no Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro vem, mais uma vez, demonstrar a urgência de uma reformulação da legislação sindical vigente, eivada de autoritarismo, de forma a consagrar a liberdade de associação profissional, a autonomia sindical e o direito de greve, princípios consubstanciados na Carta de Manaus (Manifesto dos Advogados), nas Constituições de todos os países civilizados e nas convenções internacionais", afirma a nota da OAB. O presidente Bernardo Cabral criticou a prisão do presidente do Sindicato dos Médicos, "uma pessoa que deveria ser mais considerada pelas autoridades que, por uma atitude impensada, fizeram com que um problema local ganhasse repercussão nacional de repúdio à medida". (FSP - 1/7/81)

CLÍNICAS ADEREM AO PROTESTO

Número elevado de consultórios e clínicas particulares do Rio de Janeiro, 2.

aderiu ao Dia Nacional do Protesto, paralisando ontem suas atividades por 24 horas. Somente os casos mais graves foram atendidos. No Centro Médico Richet, em Botafogo, a administração divulgou circular recomendando aos médicos que aderissem ao movimento. O presidente destituído do Sindicato dos Médicos, Roberto Chabo, anunciou à tarde, na Sociedade de Medicina e Cirurgia, em reunião com médicos de clínicas particulares, que está sendo preparado pela assessoria jurídica do sindicato um anteprojeto de contrato-padrão e uma tabela de honorários que - se aprovados em assembléia-geral - serão negociados com as empresas médicas de convênio. No caso de as reivindicações não serem aceitas, o atendimento aos segurados será suspenso. (JB - 1/7/81)

NO RIO, OS MÉDICOS VOLTAM AO TRABALHO

Terminada a greve de 28 dias, os 20 mil médicos do Rio voltaram ontem aos ambulatorios e hospitais com duas conclusões: a de que o governo federal irá realmente atender todos os itens apresentados pela comissão de alto nível e que, na área estadual, talvez seja necessária uma nova greve para que o governo Chagas Freitas atenda suas reivindicações mínimas. No âmbito federal, a satisfação da categoria aumenta na medida em que os benefícios serão concedidos a todos os médicos do País, e não apenas aos que fizeram greve. Entre as conquistas, na prática, está o aumento salarial do médico em início de carreira, de Cr\$ 28 mil para Cr\$ 40 mil, valendo desde 1º de julho, para quatro horas diárias de trabalho. Além disso, dentro de um prazo de 180 dias, o governo federal concederá a elevação de três referências a todos os médicos (a inicial passará da 32 para a 36), dentro do plano de cargos do Inamps; pagará 20% sobre o salário mínimo como adicional de insalubridade; elevará de 10 para 20% a gratificação por nível universitário; e efetivará os 2.400 médicos "precários" do País, no, plano de cargos do Inamps. (FSP - 3/7/81)º

TRABALHADORES RURAIS

POSSEIRO SE ARMA EM PERNAMBUCO

Armados de foice, facão, machados e enxadas e outros instrumentos de trabalho, cerca de 641 famílias de posseiros das áreas de Ouro Preto e Frágoso - Município de Paulista, na região Metropolitana - cujas plantações estão sendo destroçadas por um trator que trafega protegido por quatro jagunços armados, estão em pé de guerra desde anteontem. As terras em litígio pertencem - supostamente - à Companhia Nova Olinda, que está construindo a infra-estrutura urbana, avançando sobre a terra dos posseiros que na maioria dos casos há mais de 40 anos tiram o sustento das suas famílias com o cultivo de lavouras. Com a aglomeração que se formou em torno do trator há o perigo de conflito, pois a maioria, armada e unida, está disposta a "cortar a cabeça" do primeiro que tentar, novamente, destruir a lavoura. Mas tudo faz parte de uma história antiga que começou há três anos, quando os posseiros, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulista, pediram ao INCRA a desapropriação da área ou a titulação das terras, no caso de não existir proprietário legal, como acreditam. (JB - 4/7/81)

GETAT É ACUSADO DE FAVORECER GRILEIROS

O Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) está sendo acusado pelos lavradores da região do Bico do Papagaio, no norte de Goiás, de favorecer os grileiros e grandes fazendeiros na distribuição de títulos pela posse da terra, notadamente nos povoados de Centro dos Mulatos e Sumaúma. "O Getat dá toda cobertura para os grileiros ajudado pela po

lícia e pelos jagunços", afirma um trecho do manifesto subscrito pela Comissão Organizadora sediada em Imperatriz, no Maranhão, acentuando: "Os grileiros andam pelos povoados acompanhados por funcionários do Getat e da Polícia, obrigando os posseiros a assinarem papéis em branco, torturando, derrubando e queimando casas". A Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Porto Nacional, em Goiás, cujo bispo é d. Celso Pereira de Almeida, também presidente da CPT do Regional Araguaia-Tocantins, lançou uma carta-denúncia de apoio aos posseiros desta região, contra a ação violenta e coercitiva dos irmãos Belisário e Demerval Rodrigues. Estes fazendeiros são acusados de terem mandado a Centro dos Mulatos, em março deste ano, 115 jagunços e peões armados para derrubar as matas e as roças dos lavradores. A violência prolífera também em Sumaúna, diz o manifesto, que exige que o Getat cumpra a lei da reforma agrária (100 hectares para cada lavrador) e ponha fim à derrubada indiscriminada das matas da região. (FSP - 30/6/81)

PASSEATA PEDE ESCLARECIMENTOS SOBRE MORTE DE ADVOGADO

Cerca de dois mil alunos e moradores participarão, no próximo dia 12, de uma passeata na cidade de Naviraí, no Mato Grosso do Sul, na passagem do 30º dia do assassinio do advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município, Joaquim Neves Norte, que está sendo coordenada pela Comissão Pastoral da Terra. Antes, alunos, padres e lavradores assistirão a um culto religioso pela data e posteriormente percorrerão as ruas de Naviraí - uma área de grande tensão social por causa da disputa de uma faixa de terra - portando faixas, pedindo educação e lotes para as famílias pobres. A morte do advogado até hoje não foi esclarecida pela Secretaria de Segurança Pública, apesar de estar trabalhando no caso um delegado especial, que somente prendeu alguns suspeitos. Com a passeata, de "caráter pacífico", segundo um padre da pastoral, pretende-se pressionar o governo do Estado para descobrir os responsáveis pelo crime. (ESP - 3/7/81)

GRILAGENS DENUNCIADAS EM SALVADOR (BA)

Oito denúncias de grilagem foram feitas ontem em Salvador à Comissão da Terra da seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil por cinco advogados da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia - Fedtag-, inclusive o assassinio do posseiro Manoel Alvino do Nascimento, de 43 anos, 10 filhos, ocorrido há duas semanas em Nazaré das Farinhas. As acusações envolvem um vereador do PMDB, Murilo Leite, e um deputado do PDS, Jairo Azi, ex-presidente da CPI da grilagem na Assembleia Legislativa. (FSP - 1/7/81)

COLONOS AMEAÇADOS NO PARAGUAI

O Paraguai é hoje a última fronteira para uma grande parte dos 400 mil colonos brasileiros que vivem naquele país. Eles foram atraídos pelo baixo preço de terras ainda inexploradas, e, portanto, férteis, e formaram grandes colônias onde, hoje, há um clima de iminente conflito. Os migrantes que não se transformaram em assalariados, ou bóias-frias, são obrigados a pagar até quatro vezes pelas terras que ocupam, em vista da situação fundiária que faz de suas áreas verdadeiras terras de ninguém. A denúncia, dirigida ao governo brasileiro para que tome providências urgentes, foi feita ontem, em Curitiba, pelo presidente da Comissão Justiça e Paz do Paraná, advogado Wagner D'Angelis. Ele divulgou, apoiado por d. Pedro Fedalto, arcebispo de Curitiba, um caderno de estudos sobre a situação. Seu objetivo: impedir que se repita, com os colonos brasileiros, a rebelião de março do ano passado, na localidade de Caaguazu, liderada por Victoriano Centurión, o Capitão Vito, que resultou na morte de pelo menos 25 pessoas pelas forças de segurança do Paraguai. (ESP - 4/7/81)

DENUNCIADA À CNBB AMEAÇA A 68 FAMÍLIAS

Para evitar a expulsão de 68 famílias de terras no município de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, Manoel Ferreira dos Santos, vice-presidente do Sindicato Rural e o associado Sebastião Bezerra de Moura, entregaram ontem à tarde, ao padre Mário Sampaio, na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) um documento denunciando a pressão que vêm sofrendo de fazendeiros. O documento, que aponta o fazendeiro Ailon Vieira Diniza, foi encaminhado também ao Ministério da Justiça, ao Incra e à Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Brasília. Em todos esses órgãos receberam a promessa de providências imediatas contra o fazendeiro, "que se diz proprietário dos 100 mil hectares ocupados por 68 famílias, ameaçadas de expulsão". Alegam os posseiros que o fazendeiro "está ilhando as pequenas propriedades, usando as máquinas (tratores) e cercas, para ficar com o produto das plantações que não lhe pertencem". (FSP - 4/7/81)

BISPO CONDENA O USO DA TERRA EM FAVOR DO PODER ECONÔMICO

Ao defender que a terra seja entregue "aos que querem trabalhar" para não servir de "instrumento de poder econômico e fonte de negócios", o Bispo Auxiliar de Porto Alegre, Dom Edmundo Kunz, afirmou que "enquanto não enfrentarmos com coragem e decisão o problema da concentração da renda e da propriedade, continuaremos plantando a semente de tensões sociais futuras". Em sua alocução semanal A Voz do Pastor, D. Edmundo mencionou o problema dos agricultores sem terra, acampados em Ronda Alta, a 360 quilômetros de Porto Alegre, há mais de dois meses. Observou que enquanto o presidente do INCRA alega não haver terras ociosas no Estado, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura afirma o contrário. (JB - 30/6/81)

INCRA ENTREGA LOTES, MAS ÁREA É SEGREDO

Apesar de o Incra anunciar que até o dia 30 de julho estará entregando os títulos às 265 famílias de posseiros da Fazenda Primavera, no município de Andradina, (SP) até hoje os beneficiários desconhecem a parte que receberão da gleba de aproximadamente 9 mil hectares que foi desapropriada pelo governo federal. Além disto, o maior problema que enfrentam não foi ainda solucionado porque mesmo com o Incra mantendo uma administração especial na fazenda, o gado de J.J. Abdala, ex-proprietário das terras, continua invadindo e destruindo as lavouras. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina informou que os prejuízos provocados pelo gado de Abdalla na Fazenda Primavera na realidade ultrapassam os Cr\$ 2 milhões nos últimos meses, mas pelo fracasso de outras tentativas de ressarcimento, dezenas de agricultores decidiram não mais apelar na Justiça. Quanto aos 35 lotes que restarão da distribuição, estão sendo pedidos por mais de 100 bóias-frias que vivem na periferia de Andradina e que hoje vão reunir-se na igreja Jesus Bom Pastor para organizar uma comissão que levará ao Incra as propostas de ocupação. (ESP - 5/7/81)

INDÍOS

TFR GARANTE TERRAS INDÍGENAS

A Fundação Nacional do Índio ganhou seis ações no Tribunal Federal de Recursos, garantindo o direito de posse das terras habitadas pelos índios. Decidiu o TFR que "as terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis e são nulos os atos que tenham por objeto o domínio e as posse dessas terras, sem que seus ocupantes tenham direito a ação ou indenização contra a União ou a Funai", Acentuou que "são manifestamente inconstitucionais leis e convênios que visem reduzir as terras reservadas aos silvícolas ou transferi-las a terceiros". As ações concederam segurança con

tra juiz de Rondônia, mandando retirar invasores das terras dos índios suruí, no Posto Indígena 7 de Setembro. (JP - 3/7/81)

SURUI DEVERÃO TER TERRA LIBERADA

O delegado regional da Funai em Porto Velho, enviou ofício à Secretaria de Segurança Pública do Território de Rondônia e à Polícia Federal pedindo cobertura aos funcionários do órgão que a partir da próxima semana começarão a retirar as famílias que ainda se encontram na área de reserva suruí, no Posto Indígena 7 de Setembro. Até ontem, ainda permaneciam na área cerca de 30 famílias. (ESP - 1/7/81)

QUESTÃO DE TERRA NA ENTREGA DE MEDALHA

A questão da demarcação das terras dos índios gorotires ocupou, em parte, a solenidade de entrega de medalha do mérito indigenista ao sertanista Pedro Silva, que trabalhara com o marechal Cândido Mariano Rondon, realizada ontem em Brasília. O cacique Raoni, dos txucarramãe, fez um curto pronunciamento, afirmando que comparecera à reunião com o propósito de ali encontrar o ministro do Interior. Raoni disse que pretendia "resolver a questão das terras dos índios gorotires que, caiapós como nós, são, portanto, irmãos", (ESP - 1/7/81)

CIMI DENUNCIA PROBLEMAS PARA PARQUE INDÍGENA ARAGUAIA

Ao final da sua XII assembléia regional, o Conselho Indigenista Missionário - Cimi - denunciou a ameaça que o projeto agropecuario Rio Formoso e uma estrada que cortará a área habitada pelos índios carajás e javaes representariam para o Parque Indígena do Araguaia, onde há um clima de insegurança não só entre os índios, mas também entre os posseiros e fazendeiros que arrendaram terras na área da Funai. O conselho criticou as alterações no traçado da rodovia BR-364, que passará ao Norte de Mato Grosso, afirmando tratar-se de um traçado "genocida". (ESP - 1/7/81)

CIMI DENUNCIA MORTES

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou ontem, em Goiânia, de núncia de sua Regional Norte 1 (Amazonas-Roraima) a respeito de um surto de sarampo e malária entre os índios Macuxi, do território de Roraima. Segundo a denúncia, dez índios morreram, nos últimos seis meses, sem terem recebido assistência médica adequada da Funai. (FSP - 2/7/81)

MORTE DE QUATRO CINTA-LARGA

Quatro índios da tribo dos cintas-largas foram mortos por peões de uma fazenda localizada no rio Roosevelt, próximo à aldeia em Rondônia. Os índios estavam caçando e teriam chegado na fazenda, quando foram surpreendidos e mortos, c onforme informação recebida pelo delegado regional da Funai. O diretor do Parque Aripuanã, onde estão os cintas-largas, viajou para a aldeia logo que soube do massacre, e conseguiu, contornar a situação evitando que haja qualquer retaliação por parte dos índios. Suspeita-se que os índios tenham sido atraídos para uma armadilha. (ESP - 4/7/81)

MOVIMENTOS POPULARES

FAVELADOS NÃO ACEITAM DESPEJO

Os moradores da favela Monte Tao, no Itaim Paulista, São Paulo, capital, continuam sofrendo pressões para deixar o local. Anteontem, receberam intimações - expedidas pela Administração Regional de São Miguel e Ermelino Matarazzo, subunidade de fiscalização AR-ME - nas quais está estipu

lado o prazo de 24 horas para a saída dos favelados. A maioria não assinou as intimações. A favela Monte Tao, desde o seu início, há um mês, tem provocado a ação do administrador regional Horácio de Almeida, com o objetivo de impedir a sua formação. No dia 2 de junho assinou memorando (651/81) autorizando ao comerciante Manoel Tibúrcio de Oliveira a "guardar" a área e não deixar favelados se instalar no terreno, que pertence à Prefeitura. O assessor do prefeito de São Paulo, informou que esse ato foi incomum: "é estranho delegar poderes a apenas uma pessoa para "cuidar" de uma área municipal", afirmando ainda estar fora de questão o desfaveltamento, em tais casos. Mesmo assim, o administrador parece decidido a deslocar os favelados, de uma área que não lhes pertence". De todas essas pressões, há apenas um saldo favorável aos moradores da Monte Tao: "O Sr. Manoel colocou uma cerca de arame farpado em torno da favela, tentando fechar-nos aqui dentro. Porém, abrimos uma "brecha" e hoje, essa serve de proteção para a gente. Estamos pensando até em colocar um portãozinho", assinala Eurico Oliveira Santos, favelado. Ontem, Manoel Tibúrcio de Oliveira pediu aos moradores para pagarem os Cr\$ 38 mil que ele gastou com a construção da cerca. Como resposta, obteve: "Reconhecemos que a cerca ficou muito boa, mas achamos que o senhor deve cobrá-la do administrador. Não foi ele quem mandou colocá-la?". (FSP - 4/7/81)

IGREJA

DOIS ANOS PARA O PADRE VELOSO

O Conselho Permanente de Justiça da Marinha da 7ª Circunscrição Judiciária Militar condenou ontem em Recife (PE), por unanimidade de votos, o padre José Reginaldo Veloso de Araújo a dois anos de reclusão considerando-o culpado de acusação de fazer propaganda subversiva injuriando os ministros do Supremo Tribunal Federal ao compor o hino "Vito, Vito, Vitória". Depois da leitura da sentença, o pároco do subúrbio recifense do Morro da Conceição foi colocado em liberdade, beneficiado pelo artigo 527 do Código de Processo Penal por ser primário, enquanto aguarda julgamento da apelação ao Superior Tribunal Militar. (ESP - 30/6/81)

D. IVO ACHA LUTA ARMADA VIÁVEL EM CASOS EXTREMOS

Apesar de dizer que defende até o fim a não violência, o presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, em palestra, ontem, no encerramento do seminário Pessoa, Justiça, Liberdade e Propriedade, promovido pela Frente Agrária Gaúcha (FAG), admitiu que "em casos extremos a única solução para a conquista de mudanças sociais mais justas é a luta armada, e a igreja deve aceitar esta situação como inevitável". Na sua opinião, para que a Igreja atinja seus objetivos de promoção integral do homem e da sociedade, o clero "não pode ficar de braços cruzados, na santa paz de Deus, à espera de que as coisas aconteçam. Precisa ser combativo, mas sem incentivar atos violentos". Completou que os trabalhadores, quando esgotados todos os recursos para atendimento de suas reivindicações "devem-se organizar e promover greve, que é uma forma aceitável de contestação". Ao definir como "um monstro" a Lei de Segurança Nacional, em entrevista após a palestra aos 80 trabalhadores rurais, no seminário promovido pela FAG (órgão de assessoramento à Regional Sul da CNBB), D. Ivo Lorscheiter destacou que "é preciso haver segurança nacional, mas a Lei de Segurança Nacional jamais deve ser a prioridade de número um do Governo". (JB - 5/7/81)

PMDB MANIFESTA SOLIDARIEDADE A CASALDÁLIGA

Em nome da bancada do PMDB na Câmara Federal, o deputado mineiro Pimenta

da Veiga manifestou ontem solidariedade ao bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga que, segundo ele, "foi injustamente criticado em razão de declarações que não prestou". O deputado referia-se a informações de que o bispo teria recomendado que o povo só votasse no PMDB, no PDT ou no PT. (FSP - 30/6/81)

BISPO QUER OPOSIÇÃO UNIDA

O Bispo de Juazeiro, D. José Rodrigues, pediu, ontem, ao ex-Consultor Geral da República, Waldir Pires, candidato do PMDB ao Governo da Bahia, para que as oposições no Estado tenham candidato único na eleição direta para governador em 1982. Segundo ele, a realidade do Nordeste "exige que os Partidos de Oposição marchem unidos na eleição de 82, com candidato único". O diálogo entre o político e o Bispo de Juazeiro ocorreu na sede da Diocese da cidade, onde o PMDB realiza um seminário sobre o Rio São Francisco. D. José Rodrigues comentou com o Sr. Waldir Pires que o desenvolvimento de barragens e projetos governamentais na região foi feito com base no avanço tecnológico, sem preocupação com o homem. E completou: "Desta forma eu estou próximo das pregações do PMDB para esta região". (JB - 6/7/81)

POLÍTICA NACIONAL

IPM DO RIOCENTRO TERMINA SEM APONTAR CULPADOS

O Comando do I Exército divulgou ontem no Rio os resultados do IPM sobre as explosões de bombas no Riocentro, na noite de 30 de abril - concluiu que os ocupantes do Puma, Capitão Wilson Luis Chaves Machado, que ficou gravemente ferido, e o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu no local, foram "vítimas de uma armadilha ardilosamente colocada no carro do Capitão". Concluiu também que "houve crime militar cuja autoria não foi determinada". As conclusões do inquérito foram apresentadas a cerca de 60 jornalistas - que não puderam fazer perguntas nem receberam cópias do relatório (30 folhas) - e a fotógrafos e cinegrafistas - que não puderam usar iluminação adicional (flashes e spots). (JB - 1/7/81)

OPOSIÇÕES REJEITAM CONCLUSÕES DO IPM DO RIOCENTRO

Os Partidos de oposição rejeitaram a conclusão do IMP aberto pelo I Exército para apurar a explosão de bombas no Riocentro. O PMDB emitiu nota afirmando que a investigação "não revelou a verdade" e apelou ao Presidente João Figueiredo: "Não aceite as conclusões divulgadas, para não se tornar por elas responsável". O presidente do PP, Senador Tancredo Neves, declarou não ter condição de falar antes de examinar o IPM "peça por peça", mas o secretário-geral do Partido, foi categórico: "O que houve no Riocentro foi um acidente de trabalho. Não acredito na possibilidade do sargento e do capitão terem sido atingidos por terceiros". Em nota divulgada pelo seu líder na Câmara, Deputado Aírton Soares, o PT lembrou que a investigação efetuada pelo I Exército, a exemplo de outras abertas para apurar atos de terrorismo, concluiu pela "autoria desconhecida". O líder do PDT, Deputado Alceu Collares, convocou, em nota, as oposições, OAB e ABI a uma reunião para "examinar com detalhes o resultado do IPM e dizer à nação se estão ou não de acordo com o resultado". (JB - 1/7/81)

PARÁ OAB, IMPUNIDADE ESTIMULARÁ O TERROR

Os advogados brasileiros "não aceitam os resultados" do IPM das bombas do Riocentro e constataam que "a impunidade dos grupos geradores da violência continuará a estimular o terrorismo". A oposição da OAB foi

divulgada ontem no Rio, através de nota de seu Conselho Federal. O presidente do Conselho, Bernardo Cabral, comentando o resultado do IPM e suas consequências para as eleições de 82, afirmou que na sua opinião "tudo indica que houve uma barganha, em que a não apuração total dos fatos excluiu a não-realização das eleições". (FSP - 2/7/81)

BISPO SÓ VÊ NOVIDADE NO DIA DA DIVULGAÇÃO

"os organismos de segurança estão acima da verdade e da justiça. São um estado dentro do estado" afirmou, ontem, o Bispo Auxiliar de São Paulo, D. Antonio Celso Queiroz, que integra a Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da CNBB, ao comentar o resultado do IPM sobre as bombas no Riocentro. Depois de observar que "a única novidade foi o dia da divulgação - o resultado eu já previa", D. Celso Queiroz destacou que "num regime autoritário, nenhum inquérito em que estivesse envolvido qualquer interesse do regime deu qualquer resultado esclarecedor". Acrescentou que "isso é grave, porque aumenta a desconfiança do povo quanto à justiça, à verdade". Segundo o Bispo, "há aspectos periféricos em que a abertura pode funcionar, Mas esse caso tocou numa das coisas mais sensíveis, chegou ao coração do regime e não funciona mesmo. Quando tocou o serviço de informação, tocou na menina dos olhos do regime. Por isso não se pode esperar nada desses inquéritos. Não houve um, desde 1964, que tenha dado qualquer resultado, sempre que esteve em jogo algo do regime, sobretudo organismos de segurança". (JB - 2/7/81)

LAUDO CONTRADIZ AFIRMAÇÃO DO CORONEL DO IPM

O laudo de exame cadavérico do sargento Guilherme Pereira do Rosário contradiz a versão do coronel Job Lorena de Sant'Anna de que "o pênis do sargento estava preservado". Os legistas Elias de Freitas e João Macuco Janini afirmam no documento que a "genitália esta dilacerada". Com sua versão, o coronel Sant'Anna informava que a bomba não estava no colo do sargento, mas, sim, na lateral do automóvel, entre o banco e a porta do Puma. O rosto do militar também foi bastante atingido, de acordo com o laudo, contrariando também o que diz o IPM do Riocentro. (ESP - 2/7/81)

CASALDÁLIGA RESPONDE

Nestes últimos dias, surgiram bastantes comentários em torno de minha pessoa, por causa de três assuntos que abordei publicamente em Porto Alegre, a pedido da imprensa: - As fitas cassete "Un tal Jesus"; - A Política Partidária; - A nova ameaça de minha expulsão.

Naturalmente, a imprensa diária, que trabalha no vôo da pressa, nem sempre tem condições de ser fielmente exata. E não falta na imprensa aquele setor de má vontade que arrasta o vôo e a verdade pelo chão.

(...) Quanto à Política Partidária, apenas repeti, numa coletiva com a imprensa, em Porto Alegre, o que a Equipe Pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia publicou num folheto, entregue em fevereiro último a muitos bispos presentes à Assembléia de Itaici e entregue também à opinião pública. A chamada grande imprensa o publicou na íntegra. Leia-se integralmente o texto, com seus argumentos e também com sua realista modéstia nas afirmações. Ninguém pretendia falar em nome da Igreja. Apenas, o texto e eu falamos, livremente e sendo Igreja, isso sim, dentro de um pluralismo aliado ao compromisso-que entre todos devemos construir.

Não pretendo ressuscitar velhos clericalismos eleitoreiros, que condeno. Entretanto, sendo, em consciência pastoral, que um bispo pode e deve ser concreto na moral política - tão mais abrangente da vida humana - como é concreto na moral sexual ou profissional.

Nem recomendei um partido, nem menos ainda algum político, nem ex-comuniquei ninguém. Práticas infelizmente exercidas pela Igreja muitas vezes. Bastaria lembrar a Igreja italiana - à sombra do próprio Vaticano - no que se refere à Democracia Cristã e nossa Igreja do Brasil, lá pelos anos 50, com a Liga Eleitoral Católica (LRC).

Nem aconselhei nem condenei os partidos comunistas, pela simples razão de que ninguém terá a oportunidade de votar neles neste Brasil de 1982. E é dentro deste contexto brasileiro que eu estou vivendo e falando. Desaconselho, por convicção evangélica e política, os partidos que estão a serviço de um Sistema, que eu considero simplesmente anti-humano.

Sei muito bem, e tenho dito repetidamente, que a Política não é toda a vida humana e que todo partido político é um instrumento parcial e transitório na transformação que eu, como muitos irmãos, esperamos e faremos, Deus ajudando. Tenho destacado muitas vezes as limitações desses nossos partidos "populares", por causa da própria conjuntura em que nasceram. Mas faço questão de repetir que a Política - na fase atual da Sociedade - se exerce normalmente por meio das agremiações e atuações partidárias.

E a Igreja - que é o Povo de Deus todo, não apenas os bispos e os padres-pertence ao Povo dos Homens, que devem fazer política, e política concreta, para transformar este mundo que Deus nos entregou novo e que, entre todos, egoístas, estamos acabando por deixar velho e sem porteira ...

Tenho dito muitas vezes, que na atual conjuntura socio-ecclesial, normalmente falando, um bispo ou um padre não deverão assumir cargo político. Pedir isso também dos agentes de Pastoral leigos, seria - a meu ver, respeitando parecer contrário e esperando que se respeite o meu - exigir de um contingente de cristãos, cada dia mais numeroso, que se fechassem em getho e renunciassem a sua condição evangélica de fermento na massa.

A divisão não se criará, em última instância, dentro das comunidades, por uma ou outra opção partidária de seus membros, mas pela divisão "sistêmica" de interesses - o bem comum ou a acumulação egoísta - que permeiam a Humanidade, fora e dentro da Igreja peregrina.

O documento de nossa Prelazia explicita claramente - e eu tenho repetido isto com insistência - que, mesmo defendendo uma posição de claro compromisso em Política, somos contrários a fazer, das Comunidades de Base, bases partidárias. (O que já é um bom passo de superação do clericalismo, se olharmos para as práticas a que antes aludí). Ainda, e para terminar, a Evangelização, para mim, também abrange o compromisso político da vida dos políticos da vida dos cristãos. Com mais ou menos acerto, e sabendo seguramente que não serei assim interpretado, nem talvez por colegas muito caros, pretendo apenas, nisso também, evangelizar. (S. João Batista, 24/6/1981)